

## Na pele do estudante africano no Brasil: adaptação, racismo e sociabilidade <sup>1</sup>

Damara SOWETO<sup>2</sup>  
Júnia MARTINS<sup>3</sup>

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB

### Resumo

O presente artigo faz uma análise indicial sobre o que é ser negro em nosso país a partir do olhar do negro africano, residente no Brasil e imerso num ambiente de estranhamentos e entranhamentos socioculturais. Com apoio de Stuart Hall e Milton Santos, considera a globalização e a relativização das identidades culturais pelo impacto da compressão espaço-tempo. Alicerçado em Muniz Sodré, aborda ainda a desnegrificação e a discriminação racial. Com base dialética e análise qualitativa, traz breves relatos de jovens africanos estudantes da Universidade Federal da Paraíba, integrantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) – que é administrado pelos Ministérios das Relações Exteriores (MRE) e da Educação (MEC). Tal temática foi desenvolvida a partir do documentário “*Komesana: os africanos que fazem a UFPB*”.

**Palavras-chave:** Estudantes africanos; Adaptação; Racismo; PEC-G; Desnegrificação.

### Introdução

Negro não. Pardo, moreno, mestiço. É assim que muitos negros brasileiros costumam se identificar. A necessidade do embranquecimento ou da desnegrificação é estimulada pelos conteúdos midiáticos e refletida nos complexos ambientes de sociabilidade em que transita. O colorismo no Brasil se fixa, assim, como forma de discriminação pelo tom de pele, indicando que quanto mais melanina contiver, mais sujeita estará ao preconceito e à exclusão.

Apesar de se basear na cor da pele, certas características fenotípicas como cabelo crespo, nariz chato, dentre outros aspectos físicos associados à descendência africana,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ 8: Estudos Interdisciplinares da Comunicação, no XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 05 a 09 de setembro, na Universidade de São Paulo (USP).

<sup>2</sup> Graduada em Rádio e TV pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Email: [damaraoliveira@gmail.com](mailto:damaraoliveira@gmail.com).

<sup>3</sup> Orientadora do trabalho. Mestre em Comunicação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), especialista em Leitura pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), graduada em Rádio e TV pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Diretora-secretária da Rede Folkcom e pesquisadora do Grupecj-UFPB. Email: [juniamartins@hotmail.com](mailto:juniamartins@hotmail.com).

também influenciam nesse processo. Tais características pareciam desconhecidas aos estudantes africanos na UFPB, integrantes do PEC-G<sup>4</sup>. Mas durante sua estadia no Brasil, eles puderam sentir na pele como a discriminação racial e a falta de autoestima do negro brasileiro podem afetar diretamente a ocupação dos espaços organizativos na sociedade.

Ao observarmos que, desde a sua gênese, a espécie humana é fundamentalmente nômade, resultante de misturas que denotam a pluralidade fenotípica, podemos afirmar que o termo “mestiçagem” só faz sentido se utilizado num contexto enunciativo racista. “Não se aplica a designação de ‘mestiço’ a filhos de, por exemplo, franceses com italianas, mas seguramente a filhos de africanos com francesas” (SODRÉ, 1999, p. 196). Se todos são mestiços, por que falar numa raça diferenciada?

Essa conjuntura brasileira, envolta em delineamentos sobre identidade, lugar social e racismo, tem seus enfrentamentos por parte dos estudantes africanos que aqui residem; migrantes que lutam por uma melhor qualificação profissional num país negro que se diz mestiço. Buscamos entender mais sobre a visão desse negro africano, assim como perceber como ele transita, se adapta e se integra aos espaços e grupos sociais. Para tanto, trazemos um breve histórico sobre o PEC-G, programa que permitiu a sua vinda como estudantes em universidades brasileiras, e abordamos como é ser negro fora da África. Ainda nesse ensejo, passamos pela discussão da temporalidade da desnegrificação – termo cunhado por Muniz Sodré – realçando o nosso *apartheid* à brasileira e seus desafios, e pontuamos a importância de políticas públicas para alteração desse cenário.

## **O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G)**

Parecem ter pouca visibilidade as relações existentes entre o Brasil e a África. No caminhar histórico dessas relações, José Flávio Saraiva (1998) destaca, entre outros períodos, aquele que vai de 1961 a 1969, e o outro de 1969 a 1990. No primeiro, temos o recuo do Brasil por conta da ebulição dos movimentos africanos em prol da independência – movimentos esses ligados ao comunismo; e, no segundo, a reafirmação da política africana e a retomada brasileira nas dimensões sociais e econômicas com aquele continente. Vizentini (2003) aponta que:

---

<sup>4</sup> Referimo-nos aos estudantes contatados e àqueles entrevistados para o documentário “*Komesana: os africanos que fazem a UFPB*”, apresentado como produto do TCC das então alunas Damara Soweto e Maria das Neves, no curso de Rádio e TV da Universidade Federal da Paraíba.

Apenas a Política Externa Independente dos presidentes Quadros e Goulart (1961-64) e a Diplomacia da Prosperidade do General Médici (1969-74) fizeram esforços concretos de aproximação. Mas o verdadeiro início de uma nova e sistemática política africana ocorreu com o Pragmatismo Responsável do Governo Geisel. Numa atitude corajosa, a diplomacia desse presidente condenou o *Apartheid* e foi o primeiro a reconhecer o governo marxista do MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola, até hoje no poder), além das demais ex-colônias portuguesas. (VIZENTINI, 2003)<sup>5</sup>

As primeiras embaixadas brasileiras instaladas no continente africano datam do início da década de 1960, sob o governo de Jânio Quadros com seu discurso anticolonialista, o que permitiu que o Brasil firmasse acordos de cooperação cultural e técnica com determinados países da África Subsaariana. De acordo com Dulce Maria Mungoi (2006), a circunstância catalisou a vinda de estudantes africanos ao nosso país, sendo o primeiro grupo formado por 16 jovens do Senegal, Gama, Camarões e Cabo Verde, em 1960 – fato que dá origem às raízes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) naquele continente. No ano seguinte, consulados foram instalados em Luanda (Angola), Lourenço Marques (Moçambique), Nairobe (Quênia) e Salisbury (Rodésia, atual Zimbábue). Também em 1961, foi criada a Divisão da África no Itamaraty. (SARAIVA, 1998)

O PEC-G oferece oportunidades de formação superior a indivíduos provenientes de países em desenvolvimento que mantêm acordos educacionais e culturais com o Brasil. Até o ano de 1967, foi administrado unicamente pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), porém, atualmente, mantém-se sob a administração conjunta desse com o Ministério da Educação (MEC), abarcando cerca de 80 universidades brasileiras<sup>6</sup>; maioria delas públicas federais e estaduais e algumas instituições de ensino superior (IES) privadas<sup>7</sup>.

Os acordos de cooperação técnico-científica, acadêmica, cultural e tecnológica das universidades brasileiras e do Estado brasileiro com os países africanos estão orientados no contexto da globalização, sobretudo para a luta contra a pobreza, a desigualdade e a exclusão, para o

<sup>5</sup> Artigo “Relações Brasil-África: a visita de Lula”, do autor Paulo Fagundes Vizentini. Disponível no endereço [http://educaterra.terra.com.br/vizentini/artigos/artigo\\_138.htm](http://educaterra.terra.com.br/vizentini/artigos/artigo_138.htm). Acesso em 10 de julho de 2016.

<sup>6</sup> Abrange todas as regiões do país. A verificação das instituições de ensino superior participantes pode ser feita no endereço <http://migre.me/ulNEO>. Acesso em 02 de julho de 2016.

<sup>7</sup> Informação disponibilizada pelo Ministério das Relações Exteriores no endereço <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.php>. Acesso em 09 de julho de 2015.

desenvolvimento sustentável e para o estreitamento das relações políticas e econômicas como dimensão prioritária da cooperação. (FONSECA, 2009, p. 25)

Como historiciza Dagoberto José Fonseca (2009), o PEC-G é balizado em protocolos específicos e conta com o apoio de missões diplomáticas e de repartições consulares do Brasil no exterior. As regulamentações relativas estão dispostas no Estatuto do Estrangeiro<sup>8</sup> (Lei n. 6.815/80; Lei 6.964/81; e Decreto n. 86.715/81), o qual garante ao cidadão registrado, entre outras coisas, o fornecimento de um documento de identidade.

Segundo informações do MEC, os estrangeiros selecionados normalmente estão entre a faixa etária dos 18 aos 23 anos e são, preferencialmente, pessoas inseridas em programas de desenvolvimento socioeconômico entre o Brasil e seus países de origem. Eles adquirem o direito de cursar a graduação gratuitamente após cumprirem alguns requisitos e trâmites burocráticos, como apresentar certificado de conclusão do Ensino Médio ou curso equivalente, provar que são capazes de custear as próprias despesas durante o período de estadia no Brasil, e aprovação no exame de proficiência.

Os cursos com maior quantidade de vagas, de acordo com o MEC, são Letras, Comunicação Social, Ciências Biológicas, Administração e Pedagogia. A pré-seleção dos candidatos é executada pelas missões diplomáticas brasileiras, sendo a seleção final em Brasília, efetuada pela Divisão de Temas Educacionais (DCT-MRE) e pela Coordenação-Geral de Relações Estudantis (SESu-MEC). Conta com a assessoria de uma comissão indicada pelo Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras, Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais e Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis<sup>9</sup>.

Enquanto permanecem no Brasil, “a apresentação à Polícia Federal é uma prática constante dos alunos estrangeiros, pois precisam tratar de assuntos e exigências legais. O cumprimento dessas obrigações é vista pelos estudantes como uma situação tensa envolta por uma sensação de ansiedade” (NOGUEIRA, 2013). Eles também assumem o compromisso de retornarem aos seus países de origem após o término da graduação e de contribuírem com sua terra natal, aplicando os conhecimentos aqui adquiridos.

Há mais de meio século que os africanos, nomeadamente os de Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP), livremente vêm para o Brasil com a esperança e um sonho individual e familiar para realização de suas

<sup>8</sup> Estatuto do estrangeiro: disponível no endereço <http://migre.me/ulNv8>. Acesso em 09 de julho de 2016.

<sup>9</sup> A base para o processo está disposta na Portaria SESu-MEC n. 510, de 21 de agosto de 2006.

formações acadêmicas, cujo processo é articulado no interior de uma estrutura diplomática político-discursiva tomando inicialmente a história como fundamento para o renascimento dos interesses brasileiros na África, facilitado pelos interesses e necessidade de fortalecimento de ações de desenvolvimento sustentável social e econômico dos governos africanos. (TCHAM, 2012, p. 3)

Trata-se, como percebemos, de uma via de fortalecimento da estrutura diplomática político-discursiva do Brasil na África e, em paralelo, da necessidade de fortalecimento também dos países africanos, alguns deles em reconstrução após períodos intensos de guerra, de reerguimento após sua independência.

Na última década<sup>10</sup>, o programa ampliou significante o acesso, selecionando mais de 6.000 estrangeiros provenientes de 57 países que integram o programa – 25 países da África, 25 das Américas e 7 da Ásia. Na América Latina, a participação maior é de paraguaios, equatorianos e peruanos. Na Ásia, por sua vez, o maior número está relacionado aos timonenses. O continente que lidera em ingressos, contudo, é o africano, com estudantes vindos principalmente de Cabo verde, Angola e Guiné-Bissau (MEC, 2015). A esse continente, nosso recorte analítico.

### **A África fora de casa<sup>11</sup>**

Uma das características do mosaico contemporâneo da globalização é a migração de bens, mercadorias e pessoas ao redor do mundo, processo que relativiza culturas e gera interdependência em sentidos difusos, num movimento que envolve desde pontos econômicos e políticos a estilos de vida e outros fatores identitários. Esse cenário, precisamente descrito por Stuart Hall (2011) e Mary Castro (2011), retoma não apenas o discurso sobre o local e o global – já tão amplamente perscrutado, mas ainda não desgastado –, como também as questões ligadas à etnia<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> O histórico numérico de estrangeiros selecionados nos últimos dez anos pode ser verificado no endereço <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.php>. Acesso em 02 de julho de 2016.

<sup>11</sup> Apropriação do título da dissertação de Ismael Tcham, defendida no Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em fevereiro de 2012. Tcham é estudante africano proveniente da República de Guiné-Bissau.

<sup>12</sup> Vale lembrar que, “tribo, raça, etnia, cultura tradicional e expressões análogas costumam ser criadas pelo Ocidente – para denegar a existência de outras formas de Estado e de economia política – e depois impostas aos outros como se fossem instituições originais suas”. (SODRÉ, 1999, p. 20)

A globalização, à medida que dissolve as barreiras da distância, torna o encontro entre o centro colonial e a periferia colonizada imediato e intenso (ROBINS apud HALL, 1991, p. 25), reconfigura a noção de tempo e espaço, integra e conecta indivíduos, comunidades e organizações; fragmenta o conceito de cultura nacional e dá complexa mobilidade às identidades.

No contexto dessa mobilidade, os estudantes africanos que chegam ao Brasil para ingresso nas universidades constituem ainda um fenômeno migratório de consequências pouco analisadas. Na fala daqueles contatados para participar do documentário *Komesana*, algumas similaridades foram encontradas quando sondados sobre como é viver no Brasil, país majoritariamente povoado por afrodescendentes.

Um dos pontos unânimes dos relatos foi a constatação do alheamento à realidade brasileira, pois, muito do que os estrangeiros conhecem normalmente é fruto de literatura, novelas, reportagens e conteúdos turísticos que endossam o Brasil como país de bonita geografia, gente feliz e receptiva. Essa idealização quase sempre se configura em frustração logo na chegada dos estudantes em solo brasileiro, quando percebem que não há ninguém a esperá-los, nenhum suporte, acolhimento ou apoio oficial.

De acordo com os entrevistados, além do enfrentamento das dificuldades burocráticas, eles não são assistidos oficialmente em aspectos básicos como moradia, transporte, alimentação e saúde; fatores que pesam negativamente durante o processo de estadia desses jovens num país em que não têm familiares. Tais empecilhos são ainda mais agravados para aqueles que enfrentam também a necessidade de aprender uma língua diferente a do seu país de origem, fator imprescindível para que possa permanecer vinculado ao PEC-G.

Uma outra fala recorrente foi a subestimação do nível de conhecimento desses africanos no ambiente acadêmico. Alguns deles afirmaram que, além do exotismo que permeia o imaginário dos brasileiros em relação ao indivíduo africano, a bagagem de conhecimentos e informações, algumas vezes tida como acima da média dos colegas de sala, parece provocar certo espanto. Espanto que por instantes se reconfigura em maior aproximação de colegas e professores, noutros em conflitos.

De todo modo, a importância da experiência e o esforço feito por suas famílias para que o intercâmbio tenha se tornado possível parecem sobressaltar aos olhos de todos os contatados como sendo o mais essencial. A menção dos benefícios, que ao fim da graduação podem ser destinados a si e à família, está lado a lado à lembrança da educação

enquanto instrumento de poder para auxiliar sua comunidade, estado, país. Muitos destes estudantes africanos compreendem seu papel como intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 1981) capazes de operar mudanças significativas nos espaços que transitam, no auxílio à consolidação dos seus Estados enquanto nações.

A relevância do campo educacional no universo das relações de poder estabelecidas nacional e internacionalmente faz da educação um meio instrumental de manutenção e reprodução do *status quo* ou um instrumento de libertação e autonomia para os países em consolidação enquanto Estados nacionais. O quanto de um ou de outro desses processos se realizam nas trajetórias daqueles que deixam a África para estudar no Brasil, é uma indagação que permanece atrelada à história contemporânea dos Estados-nação africanos na luta para consolidarem-se como nações modernas e transnacionais. (GUSMÃO, 2008, p.11)

Outro aspecto positivo, analisado por Agnaldo Garcia e Dominique Góes (2010) são as amizades entrelaçadas, enriquecedoras de aspectos internacionais ou interculturais em sítios de características físicas e culturais diferenciadas. Sílvia Nogueira (2013) faz estudo semelhante, porém com viés na relação de amizade entre os estudantes estrangeiros e agentes da Polícia Federal na Paraíba, realçando os laços que constroem a ponte entre o burocrático-legal e a hospitalidade.

Todos estes olhares lançados pelos estudantes africanos na UFPB, sobre viver no Brasil, são indicativos para nortear alterações nas políticas destinadas aos estrangeiros, de modo que torne mais confortável sua estadia durante um ciclo importante da vida acadêmica, pessoal e profissional. Acreditamos, contudo, que o mais urgente dos aspectos a ser vislumbrado e extirpado – não somente porque citado em todas as falas coletadas – é o nosso antigo conhecido, que tem raízes profundas na sociedade brasileira: o racismo.

Durante o processo de coleta de relatos do documentário *Komesana*, verificamos esse sentimento de estranhamento constante nos entrevistados, por não compreenderem como há – num país majoritariamente constituído por negros –, tantos casos de preconceito racial. Maioria deles afirmaram se sentir numa posição privilegiada à do negro brasileiro, visto que esse ainda ocupa um lugar tímido no acesso à universidade e de autoafirmação identitária. Neste ínterim, vale ressaltar que

o problema identitário é, em última análise, também político-econômico, porque não se dissocia da adequação de todo sistema produtivo aos recursos humanos e materiais da região específica. A política de educação

básica e de expansão da cultura depende intrinsecamente de uma autodeterminação identitária (SODRÉ, 1999, p. 28)

A fragmentação dessa autoafirmação identitária do negro brasileiro não passou despercebida aos olhos do estudante universitário congolês Mike Amisi, quando mencionou: “Todo mundo está lutando para combater o racismo e a discriminação, mas eu vejo que o negro brasileiro deveria ter mais autoestima, deveria se assumir primeiro como negro, e ter mais autoestima.”<sup>13</sup>

Tal questão está diretamente ligada à teoria do embaquecimento num país miscigenado onde predomina as “técnicas de desnegrificação” (SODRÉ, 1999), com cirurgias plásticas que intentam descaracterizar esteticamente o negro enquanto negro, uso de lentes de contato, de cremes para o branqueamento da pele, alisamento dos cabelos etc.. Esse processo, conforme Maria Aparecida Bento e Iray Carone (2002), é consolidado mediante pressão cultural desempenhada por uma maioria branca, a fim de que o negro negue a si mesmo, no corpo e na mente, como se isso representasse uma espécie de ingresso para integração na nova ordem social.

### **A temporalidade da desnegrificação**

A migração temporária de estudantes africanos para o Brasil, ao mesmo tempo em que envolve aproximações culturais, geográficas e estéticas existentes entre os povos e territórios daquele continente com nosso país, é tomada por um estranhamento dos estrangeiros com o modo de posicionamento do brasileiro no dia-a-dia. Um posicionamento nem sempre sutil com as questões que dizem respeito à cor da pele, às tenuidades sobre o que é ser negro no Brasil e como se relacionar com ele nos variados ambientes cotidianos.

Em nosso país, as macronarrativas construídas pelo Ocidente, disseminadas nas escolas e na mídia, centralizadoras do homem branco como padrão, estão entranhadas nas microrrelações sociais, no desenvolvimento de programas políticos e econômicos, no histórico milenar de concentração de poder. São as mesmas narrativas que muitas vezes definem que a empregada doméstica – não apenas a da teledramaturgia – deve ter a cor da pele mais escura que a do patrão. São as mesmas narrativas que gritam a atipicidade de uma estudante negra cursar Medicina. E aqui nos convém salientar, que tal situação vai além do

---

<sup>13</sup> Fala coletada por Damara Soweto e Maria das Neves para o documentário *Komesana* (2016).

atípico; é tão confrontante com a usual rotina acadêmica, a ponto dessa estudante ser interpelada com falas como “Minha nora também faz medicina, mas ela tem cabelos lisos, olhos claros e é bem branquinha” e, mais além: “geralmente quem faz esses cursos se veste de outra forma e hoje em dia até filho de faxineiro pode estudar”<sup>14</sup>. [sic]

Contra as macronarrativas, o assentimento de que “a Casa Grande surta quando a senzala vira médica”<sup>15</sup> pode provocar polêmica se considerarmos que grande parte da população se abstém do entendimento de que a pobreza no Brasil tem cor, se abstém da necessidade de igualdade social e de políticas públicas sincronizadas com a inserção daqueles secularmente explorados e mantidos à margem; na prática do exercício de um “*apartheid* à brasileira”, como costumava definir o geógrafo Milton Santos.

Aqui, o fato de que o trabalho do negro tenha sido, desde os inícios da história econômica, essencial à manutenção do bem-estar das classes dominantes deu-lhe um papel central na gestação e perpetuação de uma ética conservadora e desigualitária. Os interesses cristalizados produziram convicções escravocratas arraigadas e mantêm estereótipos que ultrapassam os limites do simbólico e têm incidência sobre os demais aspectos das relações sociais. (SANTOS, 2000)

Temos, portanto, nesta conjuntura em nível global, o estímulo à migração – e, assim, a possibilidade de uma percepção mais próxima das diferenças socioculturais de cada sociedade –, ao passo que, contraditoriamente, é asseverada uma homogeneização simbólica situada no terreno da exclusão, da não aceitação do outro. Isso porque

A globalização tecnoeconômica do mundo – uma nova etapa qualitativa da planetarização, que aceita a fragmentação territorial mas nivela culturalmente as diferenças de povos e costumes em função da virtualidade do mercado – deixa intocada a questão do etnocentrismo ocidental, a questão essencial da heterogeneidade simbólica. (SODRÉ, 1999, p. 17)

Com efeito, muitos estudantes africanos, vinculados ao PEC-G, tornaram-se alvo de racismo no meio acadêmico que frequentam – ainda que parte significativa da população do nosso país reconheça no continente africano o berçário da sua afro descendência.

---

<sup>14</sup> Falas provenientes de uma senhora direcionadas à estudante negra Débora Reis, que cursa Medicina na Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). Matéria e relato disponível no site Pragmatismo Político (2015), no endereço: <http://migre.me/umbJF>. Acesso em 08 de julho de 2016.

<sup>15</sup> Frase apresentada em cartaz pela estudante de Medicina, bolsista do PROUNI, Suzane da Silva, que sofreu ataques de racismo na internet e foi convidada a proferir sua fala em cerimônia no Palácio do Planalto, durante o Encontro pela Democracia. Discurso completo disponível em <http://migre.me/umglu>. Acesso em 09 de julho de 2016.

Tornaram-se alvo daqueles que não se sentem confortáveis com a supracitada heterogeneidade.

Nesse contexto, um dos episódios que gerou protestos na comunidade acadêmica, ocorrido em 2010, foi o de Kadija Lu, então estudante de Letras da UFPB. A africana foi xingada de “negra cão”, de “negra safada”, e agredida com chutes no abdômen por um vendedor de cartão de créditos, dentro do campus da referida universidade. A delegada Juvenira Holanda, ao ouvir a denúncia da agressão, disse não se tratar de racismo e sim de injúria, liberando o agressor. O Ministério Público Federal entrou com pedido de afastamento da delegada do caso, porém o inquérito já tinha sido transferido para a Delegacia da Mulher, para onde a estudante foi levada a fim de prestar queixa, assim que deixou o hospital onde ficou em observação.<sup>16</sup>

Fatos grotescos como os que envolveram Débora Reis, Suzane da Silva e Kadija Lu são noticiados com frequência e potencializados pelas redes sociais, nas quais muitas opiniões giram em torno de termos como “respeito” e “tolerância”. Cabe-nos então sublinhar que respeito é respeito, implica compreensão. Mas tolerar é suportar. Portanto, é salutar a reflexão sobre o sentido da utilização do termo “tolerância”. Porque a tolerância é intolerante. Se a relacionarmos, por exemplo, com o lugar que o negro deve ter nos espaços sociais, já estamos sendo intolerantes; pois estaremos endossando a cor da pele como critério predeterminante para algo que é de direito a qualquer cidadão: ocupar o lugar social que lhe convier.

A prática demonstra que toda tolerância é intolerante com a intolerância dos outros e, por isto, tem a mesma precariedade dos sentimentos piedosos com que os presumidos fortes contemplam os presumidos fracos. É uma ideologia inviável, porque excessivamente sujeita às flutuações das consciências ou dos governos. (SODRÉ, 1999, p. 21)

Parece haver, no Brasil, uma tolerância aos lugares de destaque assumidos por pessoas negras que, na verdade, é travestida de respeito. Quando abordou sobre como é ser negro no Brasil, Milton Santos (2000) parafraseou Florestan Fernandes e Octavio Ianni, assinalando que os brasileiros, de um modo geral, não têm vergonha de agir como racistas, mas, por outro lado, têm vergonha de dizer que são.

Questionada sobre as formas de racismo vividas, a guineense Samira de Barros Sá, estudante de Medicina da UFPB, relatou que, quando está em seu exercício de estágio em

<sup>16</sup> Informações colhidas do Jornal O Globo e do Portal Terra. Disponíveis respectivamente nos endereços <http://migre.me/umg0E> e <http://migre.me/umg11>. Acesso em 09 de julho de 2016.

hospitais ou outros ambientes de saúde, normalmente é confundida como assistente social, acompanhante do enfermo, enfermeira e afins; assustam-se quando se dão conta que ela está na função de médica. São em momentos como esse que o negro africano se aproxima do entendimento do racismo vivido pelo negro brasileiro. Momentos em que a aparência do corpo é privilegiada “como condição primeira de objetivação e de julgamento, criando uma linha demarcatória, que identifica e separa, a despeito das pretensões de individualidade e de cidadania do outro”. (SANTOS, 2000)

O congolês Serge Katembera, estudante do Doutorado em Ciências Sociais na UFPB, atento à questão da corporeidade, diz que evita sofrer preconceito, na medida em que procura sair sempre com roupas não estigmatizadas. Ele não usa bermudas, por exemplo, a fim de desviar-se do vínculo com a imagem do negro “bandido”, tão presente no imaginário do brasileiro. Já o angolano Yaya Diallo, estudante de Relações Públicas também na UFPB, aponta a disparidade dos lugares ocupados pelo negro no Brasil. Yaya mencionou que, ao entrar em um setor de serviço administrativo na universidade, notou que não havia “nenhum negro atrás do computador, todos estavam limpando o chão”. Situação idêntica também foi enfatizada pela guineense Samira:

Você entra num banco, você vê dois, três negros, trabalhando já são muitos. Nos shoppings, nas lojas, nas farmácias, você não vê muitos negros. Se essa pessoa for negra, ou é da limpeza, ou do estacionamento, qualquer outra coisa, mas não é uma pessoa que tenha um alto cargo. (SÁ, 2016)<sup>17</sup>

A falta de oportunidade do negro na sociedade brasileira está visivelmente retratada nas posições por ele assumidas na sociedade, principalmente no mercado de trabalho e nas universidades. Uma pesquisa do IGBE, publicada em 2012, afirma que num período de 10 anos, o percentual de negros nas universidades brasileiras triplicou, passando de 10,2% em 2001 para 35,8% em 2011<sup>18</sup>. Em 2013, nova pesquisa reafirmou o crescimento do percentual de negros cursando graduação, mas salientou que o número deles na faculdade naquele ano ainda era menor que o de brancos em 2004<sup>19</sup>.

<sup>17</sup> Trecho da fala de Samira de Barros Sá, em entrevista concedida às radialistas Damara Soweto e Maria das Neves, na UFPB, em maio de 2016.

<sup>18</sup> “IBGE: em 10 anos triplica percentual de negros na universidade”. Matéria disponível no endereço <http://migre.me/umtzW>. Acesso em 02 de julho de 2016.

<sup>19</sup> “Nº de negros na faculdade em 2013 é menor que o de brancos em 2004”. Matéria disponível no endereço <http://migre.me/umtFg>. Acesso em 02 de julho de 2016.

A Síntese de Indicadores Sociais do IBGE também apontou que “em 2004, 16,7% dos alunos pretos ou pardos estavam em uma faculdade; em 2014, esse percentual saltou para 45,5%. No caso dos estudantes brancos, em 2004, 47,2% frequentavam o ensino superior; dez anos depois, essa parcela passou para 71,4%” (SALES, 2015)<sup>20</sup>. Esses dados são agravados quando se sabe que os negros representam 54% da população do país, mas são apenas 17% dos mais ricos<sup>21</sup>; números que refletem diretamente nos cargos e posições de trabalho ocupados nos distintos estratos sociais.

Visto como um sistema emergencial para reparação e inclusão da população negra nas universidades, durante os últimos anos o programa de cotas do governo federal tem ajudado a diminuir o contraste entre brancos e negros no acesso ao Ensino Superior. Em consonância com esse esforço, o Movimento Negro Unificado (MNU) tem se estabelecido como agente coletivo e político importante na reivindicação e conquista de muitas ações políticas, jurídicas e educacionais; principalmente no que diz respeito às ações afirmativas, sempre priorizando o acesso aos jovens negros e pobres à universidade.

Líderes do MNU, intelectuais envolvidos ou solidários às políticas de reparação e inclusão social travaram uma batalha em torno da defesa de ações afirmativas no sistema de ensino brasileiro ao longo de décadas. Várias universidades públicas brasileiras se sentiram impelidas a adotar sistemas de políticas afirmativas, com destaque às cotas raciais.

Não podemos negar que o cenário apresentado demonstra avanços importantes em diversos aspectos educacionais da população pobre e negra brasileira; contudo, também aponta grandes obstáculos que ainda precisam ser vencidos para equalizar as oportunidades acadêmicas e profissionais entre jovens brancos e negros. Isso feito não sob maneira dicotômica, exclusiva; mas sim buscando complementaridades e inclusão.

## **Considerações finais**

As tentativas emancipacionistas em prol da libertação dos escravos no Brasil impulsionaram o fim do regime escravocrata no século XIX. Na prática, porém, tivemos o vínculo escravagista ressignificado; ao passo que a dita libertação não proporcionou

---

<sup>20</sup> “Acesso de negros à universidade cresce; maioria ainda é branca.” Matéria de Robson Sales, publicada no site Valor Econômico, em 2015, disponível no endereço <http://migre.me/umtOf>. Acesso em 30 de junho de 2016.

<sup>21</sup> Informação obtida no Portal UOL, disponível no endereço <http://migre.me/umtXE>. Acesso em 30 de junho de 2016.

caminhos de inclusão social do então liberto, privado como cidadão, vivendo à margem por séculos. Permaneceu assegurado o *status quo* do branco, dono das terras, dos meios de produção e mantenedor da exploração de mão de obra barata.

Numa sociedade miscigenada, mas que tem a cultura europeia como hierarquicamente superior, o branco e sua cultura adquirem assim maior representatividade, respeito e espaço nos distintos ambientes – sociais, políticos, econômicos e midiáticos. Um cenário que estimula a tessitura cotidiana de complexas relações identitárias, tornando precípua a busca do lugar de pertencimento do negro em uma sociedade que determina valores de acordo com a cor da pele ou textura do cabelo. Nesse ínterim, o negro brasileiro que *não quer* ou por algum outro motivo não luta por sua afirmação sociocultural, acaba absorvido pelo ou assumindo o pensamento de quem o oprime; circunstância que nos faz lembrar da célebre frase de Paulo Freire (1987) – “quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser opressor”.

Esse cenário foi facilmente detectado pelos estudantes africanos entrevistados, que logo apontaram a necessidade do crescimento da autoestima do negro brasileiro. A questão da autoestima está diretamente ligada à construção da identidade negra. A guineense Samira, estudante de Medicina, por exemplo, não hesitou em demonstrar seu estranhamento com as definições de nuances de cores disseminadas no Brasil, pois, em seu país, segundo ela, as identificações conhecidas são apenas do branco e do preto. “Aqui tem aquela coisa, tem o pardo, o moreno claro, moreno escuro, tem tudo, menos a pessoa preta”<sup>22</sup>, assinalou.

O termo “pardo”<sup>23</sup> é adotado nos censos oficiais nacionais brasileiros desde o primeiro, em 1872. Foi substituído por “mestiço” no censo de 1890, retornando no censo de 1940 e permanecendo até os dias atuais<sup>24</sup>. Considerando que a identidade se apresenta também como elemento político e organizativo, podendo ser estrategicamente negada ou afirmada de acordo com a conjuntura social e política de um dado momento histórico; a negação ou diminuição do valor da identidade do outro implica geralmente em assujeitamento, submissão e supressão de direitos básicos.

Por outro lado, acreditamos que os contatos ampliados pelo processo de globalização, o qual permite melhor trânsito de pessoas por distintos sítios do mundo, favorecem a aproximação e conhecimento de novas culturais e modos de vida; estimulando

<sup>22</sup> Entrevista concedida às radialistas Damara Soweto e Maria das Neves, na UFPB, em maio de 2016.

<sup>23</sup> O termo “pardo” é usado oficialmente no Brasil para classificação de cor/raça pelo IBGE. No censo de 2010, 43,1% dos brasileiros assim se autodeclararam. Nas pesquisas efetuadas para classificar sua população, o país adota as opções de autodeclaração de cor/raça branca, preta, parda, amarela e indígena.

<sup>24</sup> Informação obtida no endereço <http://nacaomestica.org/blog4/?p=17752>. Acesso em 29 de junho de 2016.

deste modo, não apenas a aquisição de conhecimentos, mas o enriquecimento da visão do que é o outro, assim como do que é ser negro, dos seus espaços de lutas e histórico de conquistas. Estimulam o vislumbrar do horizonte do que ainda há por fazer e dos caminhos possíveis para aniquilamento de uma cultura que valoriza caráter por escurecimento da epiderme, que enquadra o humano em taxionomias, em detrimento da alteridade e das singularidades simbólicas que fazem de todo ser único em si mesmo.

## Referências

- BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray (Orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CASTRO, Mary (Org.). **Migrações internacionais: contribuições para políticas**, Brasil 2000. Brasília; CNPD, 2001.
- FONSECA, Dagoberto José. A tripla perspectiva: a vinda, a permanência e a volta de estudantes angolanos no Brasil. **Pro-Posições**. Campinas, v. 20, n. 1 (58), p. 23-44, jan./abr. 2009.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 11ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GARCIA, Agnaldo; GÓES, Dominique. Amizades de estudantes africanos residindo no Brasil. **Psicologia: Teoria e Prática**. Vitória, v.10, n.1, p. 138-153, 2010.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Círculo do Livro, 1981.
- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **África e Brasil no mundo acadêmico: diálogos cruzados**. Colóquio Saber e Poder. Focus/Unicamp, 2008. Disponível em <http://migre.me/umzF3>. Acesso em 20 de junho de 2016.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
- MUNGOI, Dulce Maria Domingos Chale João. **O mito atlântico: relatando experiências singulares de mobilidade dos estudantes africanos em Porto Alegre no jogo de reconstrução de suas identidades étnicas**. (Dissertação de Mestrado) UFRGS: Porto Alegre, 2004.
- NOGUEIRA, Sílvia Garcia. Entre o burocrático-legal e a hospitalidade: os estudantes internacionais na Paraíba e a Polícia Federal. **Interseções**. Rio de Janeiro. v. 15 n. 1, p. 29-47, jun. 2013.

ROBINS, Kevin. Traditions and translation: national culture in its global. In: CORNER, J.; HARVEY, S. (Ed.). *Enterprise and heritage*. London: Routledge, 1991. In: HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

SANTOS, Milton. Ser negro no Brasil hoje. In: **FOLHA**, São Paulo: 07 de maio de 2000. Disponível em: <http://migre.me/umzHT>. Acesso em 19 de junho de 2016.

SARAIVA, José Flávio Sombra. A África e o Brasil: encontros e encruzilhadas. Ciências & Letras. **Revista da FAPA**. Edição especial. n. 21/22. Porto Alegre, 1998.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999. (Col. Identidade Brasileira)

TCHAM, Ismael. **A África fora de casa: sociabilidade, trânsito e conexões entre os estudantes africanos no Brasil**. (Dissertação de Mestrado). UFPE: Recife, 2012.